

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

A gênese da classe trabalhadora no Brasil: da colônia à Independência

Rachel Silva Rodrigues³⁸²

Resumo: Este trabalho se propõe a estudar, em linhas gerais, as classes sociais no Brasil, tendo como foco a classe trabalhadora e sua formação específica. Para isto, partiremos da análise da colônia, estruturada para atender a interesses externos, passando pelo processo de Independência e abolição da escravatura no Brasil, marcos fundamental para a constituição do capitalismo dependente e subdesenvolvido no país. Essa reflexão ganha relevo, pois, até os dias atuais, se vislumbram traços que remontam à nossa origem colonial: concentração de renda e riqueza, desigualdade racial, concentração fundiária, produção monocultora para exportação, superexploração da força de trabalho e dependência externa. A opção da burguesia brasileira marcada pela tentativa de manter-se no poder a qualquer custo faz com que esta não só se subordine, mas também, se associe à burguesia externa, impedindo que o processo de revolução burguesa brasileira rompesse com os nexos causais do passado na construção de uma nação capitalista realmente autônoma e com maior conteúdo democrático, elementos funcionais ao processo de reversão neocolonial da atualidade.

Palavras-chave: Classe trabalhadora, Formação social brasileira, Luta de classes.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao contrário dos países do centro, não rompe definitivamente com os nexos oriundos do passado em vias de superação. Ao contrário disso, mantém-se realizando a revolução democrático-burguesa de forma específica. A burguesia brasileira manteve-se associada e subordinada à burguesia externa e elementos do antigo regime continuaram influenciando nos processos decisórios mesmo após a independência. Há uma sucessão de acontecimentos desde a colonização que desembocam no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no imobilismo do povo.

Nesse sentido, cumpre entender desde a colônia como o Brasil nasce para atender às necessidades dos países do centro, servindo como impulsionador do processo da acumulação capitalista e como, em consequência disto, devido à formação das classes sociais internamente de forma particular, consolida-se um capitalismo de tipo dependente e subdesenvolvido. A burguesia brasi-

³⁸² Graduanda do curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Bolsista de Iniciação Científica do Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: racheleconomiaufvjm@gmail.com

leira opta por manter-se subordinada e ao mesmo tempo é necessário que esta assim permaneça em relação aos interesses da burguesia dos países hegemônicos. Observa-se que a classe trabalhadora tem pouca margem de manobra para conseguir melhorias mesmo dentro da “ordem”. Objetivava-se percorrer a colônia de forma geral para entender a formação das classes sociais no Brasil para com isso compreender o processo de independência no Brasil, como este é feito de cima para baixo sem participação efetiva dos trabalhadores. Segundo o autor Florestan Fernandes,

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (FERNANDES, 2006, p.262)

Para entendermos a formação de uma burguesia que se pauta em torno dos próprios interesses em detrimento da construção de uma “nação” e o papel da classe trabalhadora nos processos ocorridos no Brasil há que se apreender o sentido da nossa colonização. “Nascemos” e nos constituímos para atender às necessidades externas, como é brilhantemente defendido por Caio Prado Jr. Somos parte de um todo, fruto da expansão comercial europeia e do processo de “acumulação primitiva”³⁸³ de capital, servindo como apêndice ao desenvolvimento capitalista nos países centrais.

³⁸³ Termo cunhado por Karl Marx no capítulo XXIV d’O Capital

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JR, 1987, p.32).

Assim, as pessoas que fixaram residência na colônia vieram com o intuito de explorar os recursos nativos e o incentivo para que viessem era devido ao fato de que precisavam de exploradores que habitassem o território. Esse sentido vai influenciar profundamente nossa formação. Fica evidente que era necessária a introdução na Colônia de elementos e dinamismos do capitalismo comercial europeu, o que não quer dizer que a intenção era de que a colônia se tornasse a extensão da Europa e que esta seguiria os mesmos passos para o desenvolvimento econômico. Essa condição de subjugada à Metrópole e aos países hegemônicos, como veremos, será o estopim que levará a elite interna a uma revolução nacional que se efetivará, segundo Florestan Fernandes, de forma específica. (FERNANDES, 1976, p.20). Concomitantemente a isso, a massa da população na colônia em um primeiro momento será formada pelos índios, e num segundo momento pelos escravos africanos.

O que há de importante nessa questão, como apontado por Florestan Fernandes (1976), é o papel da escravidão como estrutura pré-capitalista servindo de alavanca para o modo de produção capitalista. Ela era “o ponto onde o mundo colonial se distinguia se opunha e negava o mundo metropolitano.” O autor enxerga a escravidão como base para a acumulação primitiva e como algo que impulsiona de forma despropositada o nascimento de estruturas que possibilitam futuramente o surgimento tardio do capitalismo na colônia. O que se coloca é que a parte que fica com o Senhor e com a Coroa é ínfima se relacionada ao restante do “circuito de apropriação”. Portanto, “existia um circuito de apropriação, em parte legal, político e fiscal e em parte econômico, que constituirá a essência da apropriação colonial. O excedente econômico não era produzido para o desfrute exclusivo do senhor, mas para entrar nesse circuito.” (FERNANDES, 1976, p.23).

Contudo, até o fim, apesar de incorporar-se ao capital fixo, o trabalho escravo sempre foi um fator humano e mesmo depois que a imigração já contava como o eixo histórico da evolução do sistema de trabalho, o que só ocorre na década de oitenta, ele representou a base material da revolução histórica que se dá na economia interna (FERNANDES, 1976, p.23).

Com base nisto, analisaremos neste trabalho a colonização e suas especificidades e como a utilização de mão de obra escrava faz com que a classe trabalhadora não tenha condições de se

organizar politicamente e nem de participar dos processos decisórios no país. Segundo Florestan, esse vai ser o marco da nossa formação social.

A COLÔNIA

O objetivo das colônias era atender às necessidades de acumulação dos países hegemônicos. Essa é a tese defendida por Caio Prado Jr (1987), onde para o autor, o sentido da colonização era voltado para o exterior. O motivo que levou à colonização, segundo Fernando Novais, foi o acúmulo de riquezas por parte das Metrôpoles para consolidação de suas nações, isso vai alavancar a primeira Revolução Industrial, que alicerça o modo de produção capitalista.

O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido. [...] essa transferência corresponde às necessidades históricas de expansão da economia capitalista de mercado na etapa de sua formação. Ao mesmo tempo, garantindo o funcionamento do sistema, face às demais potências, e diante dos produtores coloniais e mesmo das demais camadas da população metropolitana, o Estado realiza a política burguesa, e simultaneamente se fortalece, abrindo novas fontes de tributação. Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se pois para acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia (NOVAIS, 1985, p.51).

O povoamento e colonização dar-se-á posteriormente para afugentar outras nações interessadas no rico território brasileiro. Mas, para os portugueses, havia um problema: ninguém queria morar no Brasil, devido a vários fatores, dentre eles as condições climáticas e geográficas da colônia. Assim, o rei precisa tornar esse território atraente já que não dispõe de quantidade suficiente de pessoas para habitarem essa terra (devido às mortes provocadas pela “peste” que assolou Portugal; e quantidade necessária para as expedições). A forma encontrada pelo rei foi tornar vantajoso este “negócio”, concedendo “nada menos que poderes soberanos, de que o Rei abria mão em benefício dos seus súditos que se dispusessem a arriscar cabedais e esforços na empresa” (PRADO JR, 1976, p. 31). As tais vantagens consistiam:

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividindo-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão capitânias, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regali-

as e poderes soberanos; caber-lhe-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O Rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitanias arcarão com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores (PRADO JR, 1976, p. 31-32).

Segundo Néelson Werneck Sodré (1968), as capitanias hereditárias - um direito sobre a terra garantida pelo Rei aos colonizadores - determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil:

A fórmula consistia na distribuição de faixas territoriais contadas ao longo da costa, indelimitadas no interior, - iriam até o meridiano convencionado em Torde-silhas, - aos que as disputassem ou aceitassem, dentro de determinadas condições. Não houve disputa, - ao contrário, alguns donatários nem as receberam, ou as transferiram, - mas aceitação. Os escolhidos, na regra dos casos, foram válidos da Coroa, alguns com serviços prestados no Oriente (SODRÉ, 1968, p.67).

O investimento necessário a esse empreendimento era elevado devido ao alto valor, tanto dos escravos quanto do engenho³⁸⁴. E esse pré-requisito para manter a lavoura de cana de açúcar, segundo Sodré, terá uma tendência discriminatória que vai refletir na sociedade da zona açucareira. Primeiramente, o investimento inicial necessário imporá a vinda de pessoas com determinada condição financeira para a colônia, dispostas a investir na estruturação/manutenção da célula colonial, e não aqueles dispostos a trabalhar e/ou povoar o país. Em segundo lugar, há uma vantagem em favor dos que conseguiam montar o engenho, que como já mencionamos tem um custo alto. “Desse conjunto de fatores decorrerá uma sociedade aristocrática, em que os valores do trabalho serão amesquinçados porque desclassificam” (SODRÉ, 1968, p. 72). Assim, o autor afirma que estes, devido a esta pressão, tornar-se-ão aristocratas.

Segundo Sodré (1968), esses primeiros colonizadores tiveram que alienar seus pertences em nome da esperança de enriquecer na Colônia. A Coroa dava o que tinha de mais abundante na

³⁸⁴ “[...] O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa esta purificação [...] (PRADO JR, 1976, p. 38).

Colônia: a terra. O investimento inicial deveria ser conseguido por quem estivesse disposto a fazê-lo.

A questão fundamental a se realçar é que a base da Colônia foi a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. A grande propriedade e a monocultura terão os mesmos motivos de existência: a necessidade/interesse de se produzir bens de alto valor comercial para exportação, em larga escala. Tanto que a colônia irá basear-se na produção para a exportação, não tendo incentivo à produção interna.

O trabalho escravo foi a funcional solução para uma série de problemas: necessidade de trabalhadores, pois Portugal não tinha quantidade suficiente de população para vir para o Brasil ceder seus braços (além disso, o europeu não viria para o Brasil com o intuito de trabalhar, diga-se um trabalho bastante pesado); grande disponibilidade de terras; o conhecimento e prática portuguesa de tráfico de escravos; os ganhos provenientes dessa atividade. Daí explica-se o ressurgimento da escravidão em pleno século XVI, para trabalhar nas lavouras das Colônias que funcionavam para acelerar a acumulação primitiva capitalista (NOVAIS, 1989, p. 102).

[...] nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. [...] Tratava-se, porém, naquele momento da história do Ocidente, de colonizar para o capitalismo, isto é, segundo o mecanismo do sistema colonial, e isto impunha o trabalho compulsório (NOVAIS, 1989, p.102).

Esses são os motivos externos do ressurgimento da escravidão. A necessidade de explorar a Colônia que não poderia ser colocada em risco de destinar-se a outros fins que não o da exploração. O tráfico negreiro será, além do açúcar, “um grande negócio”. O escravo tornar-se-á um bem valioso na Colônia: “a quantidade de escravos determinará a riqueza que o Senhor possui” (SODRÉ, 1968, p. 71). O trabalho difícil da Colônia será por três séculos executado pelo trabalhador escravo.

Mais preciosa para o senhor era a propriedade do escravo do que a da terra. Esta era abundante e praticamente gratuita. O escravo só podia ser obtido por compra, e não era barato. Ter ou não ter escravos era a questão fundamental. Aquele que não os tivesse, por mais extensas que fossem as suas terras, nada tinha. *O prestígio do senhor media-se por uma só unidade: o escravo. A supremacia do trabalho sobre tudo o mais impunha-se, inexoravelmente.* (grifo nosso, SODRÉ, 1968. p.71).

Mas, algo deve ser ressaltado, não há interesses por parte das nações que detinham o controle do comércio europeu que a “periferia” se destacasse economicamente. Isso porque era necessário ao desenvolvimento dessas que o Brasil continuasse como colônia de exploração. Manter-se nessa condição era imprescindível para a acumulação primitiva nos países hegemônicos e para a Metrópole. Por isso, o papel da colônia era complementar a economia metropolitana. Florestan Fernandes (1976, p. 18) diz que a intenção não era que “Colônia fosse uma extensão das nações hegemônicas” era antes que esta servisse de apêndice ao desenvolvimento capitalista daquelas. Por isso,

A transplantação de núcleos imigrantes portugueses (e por vezes de elementos de outra nacionalidade) não se prendia ao fato de engendrar, aqui, uma extensão demográfica, econômica, sócio-cultural e política da sociedade metropolitana. Nem a lavoura nem a mineração nem os tipos de produção subsidiária que se desenvolveram através delas, acarretaram esse desfecho. O povoamento resultava da necessidade de produzir o butim. Este não existia pronto e acabado. Para colhê-lo era preciso produzi-lo (FERNANDES, 1976, p. 19).

Fica evidente nesse processo, até o momento tratado, que a dinâmica econômica na colônia se move em torno das querências externas. A colônia se despende para produzir o que o mercado externo necessita. Foi assim desde o início da colonização. Tal fato marcará o seu processo de formação e, conseqüentemente a formação das classes sociais. O que nos chama atenção é que, por mais que a colônia tivesse como central a atividade voltada para suprir as necessidades de acumulação dos países hegemônicos; a escravidão, a agricultura e a mineração proporcionariam o desenvolvimento, não planejado, de outros setores na economia que só se tornarão importantes depois da Independência. Essas atividades proporcionarão o desenvolvimento capitalista no Brasil pós Independência.

INDEPENDÊNCIA E ABOLIÇÃO

Vimos como a colônia se reproduz com o intuito de promover a acumulação das nações hegemônicas. Mas, no século XVIII, já contamos com uma elite que tem condições de decidir o caminho que a colônia vai percorrer, e essa decisão vai marcar a nossa formação até os dias atuais. Essa escolha não é só da elite interna, pois abrange todo o sistema. Por isso, analisaremos a decisão interna influenciada pela burguesia externa e as circunstâncias em que se desenvolve o capitalismo no Brasil. Portanto,

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p.25).

Florestan Fernandes (2006, p. 123) nos fala sobre a importância da inserção do liberalismo no Brasil. Este terá um papel importante na colônia como ideologia e fará a diferença no pensamento da elite com relação à mudança. Essa mudança passará a ser bem vista na colônia. Isso porque a elite quer ter mais poder de mando dentro da colônia. Ela não se opunha ao sistema colonial, mas sim aos limites sociais, econômicos e políticos impostos pelo estatuto colonial. Dentro do estatuto colonial isso não é possível, a “elite nativa” é subordinada aos desmandos da Metrópole. Segundo Florestan Fernandes, não se pode associar o senhor de engenho, da colônia, com o burguês. O surgimento deste na colônia será particular, não terá origem, como nos países de Revolução Burguesa clássica, dos feudos (FERNANDES, 2006, p. 34). Sobre o surgimento do burguês no Brasil:

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as graduações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o “usurário”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burguês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário). Pela própria dinâmica da economia colonial, as duas florações do “burguês” permaneceriam sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiveram conjugados. A independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio”. Enquanto o agente artesanal autôno-

mo submergia, em consequência da absorção de suas funções econômicas pelas “casas comerciais importadoras”, ou se convertia em assalariado e desaparecia na “plebe urbana”, aumentava o volume e a diferenciação interna do núcleo burguês da típica cidade brasileira do século XIX. Ambos os fenômenos prendem-se ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de um rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional, mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2006, p.34-35).

Assim, o burguês surge no Brasil de atividades que na colônia não eram centrais. Na verdade, o que surge no Brasil não vai ser uma classe propriamente dita, no sentido clássico. Será, nas palavras do autor, uma “congrégie social”. O que une essa congrégie é o interesse por aumentar seus lucros e por manter-se no poder. Assim, se a colônia permanecesse não seria possível haver autonomia. Optam, portanto, pela modernização, por romper com o estatuto colonial, mas, mantendo os traços coloniais.

Tal fato levará à permanência do “velho” com o “moderno”. Essa correlação de dois setores, de duas forças tornará a inserção do capitalismo no Brasil específica, afirma a dependência e o subdesenvolvimento porque mantém os mesmos laços com as nações hegemônicas. Com a Independência, ao mesmo tempo em que permanecem os laços de dependência da burguesia dos países hegemônicos, internaliza parte do poder de decisão. Esse é o interesse da “burguesia interna”, pois, esta era fragmentada e unese com o propósito maior de manter-se no poder e combater os “setores subalternos”. Ao mesmo tempo, esses laços não podem ser rompidos porque é a dependência brasileira que estrutura o modo de produção capitalista, pois, a classe trabalhadora no Brasil será superexplorada pela burguesia dos países hegemônicos e pela burguesia interna, daí a particularidade da classe trabalhadora no Brasil. Concomitantemente, continuaremos nos especializando na produção de gêneros de necessidade para o mercado externo. E importaremos suas manufaturas possibilitando o avanço do capitalismo (FERNANDES, 2006, p. 35).

As ideias de liberdade de comércio vindas de fora logo mudam o pensamento em todos os sentidos (social, cultural e econômico) internamente. E isso, por um lado, será bom, pois, possibilitará mudanças importantes. Com a Independência, o Brasil internalizará uma parte dos lucros vindos da agricultura aumentando a dinâmica interna. Socialmente, a abolição da escravidão virá de uma necessidade de expansão do capitalismo inglês. Externamente, com a consolidação da Primeira Revolução Industrial; e por outro lado, internamente, a escravidão passa a ser desaprova-

da por uma boa parte da “burguesia”. Manter a escravidão após o rompimento do estatuto colonial, levando em consideração que na Europa os trabalhadores já eram “livres como pássaros”³⁸⁵, era uma anomalia³⁸⁶, por isso, houve uma pressão, principalmente por parte da Inglaterra, para que o Brasil abandonasse o trabalho escravo adotando o trabalho livre. Mas, esse processo ainda vai demorar, pois, a mentalidade dos fazendeiros era medíocre no sentido de que a escravidão dava-lhes lucros.

Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiria o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 2006, p.35-36).

E se o caráter das orientações da Colônia se alterou, isso não decorreu de uma política deliberada e aplicada com certo afinco. Mas da lenta reação da população da sociedade colonial, que descobriu que o antigo sistema colonial não reproduzia nem levava a outra coisa senão ao próprio sistema colonial (FERNANDES, 1976, p.19).

Em face do imobilismo que o estatuto colonial prometia, a “burguesia” opta pela Independência específica. Mas, a independência não significa grandes alterações para a grande massa da população. Segundo Florestan Fernandes, a independência permitiu que houvesse mudanças na colônia. A abolição foi feita pelos “brancos” e em prol dos “brancos”, não estavam preocupados nenhum pouco com as condições desumanas da escravidão e nem com o destino dos libertos após a Abolição; a Independência significou a “burocratização” do poder interno da elite; pós Independência permanecerá o trabalho escravo por um bom tempo mesmo com as pressões externas para a abolição. (FERNANDES, 1976, p.14).

³⁸⁵ Termo cunhado por Karl Marx em “O capital” referindo-se aos trabalhadores expropriados da terra e dos meios de produção tornando-se assim “livres como pássaros” para vender a única mercadoria que possuíam, a sua força de trabalho.

³⁸⁶ Novais (1989) esclarece como o Antigo Sistema Colonial, ao cumprir seu papel e promover o processo de acumulação primitiva de capital e fomentar o desenvolvimento do capitalismo, contraditoriamente, cria as bases de sua própria superação. Isto é, o sucesso do Antigo Sistema Colonial torna-o um entrave, posteriormente, à expansão do capitalismo pós Revolução Industrial.

Cabe ressaltar que existe um ponto fundamental em que Florestan Fernandes (2006) diverge dos demais autores que tratam deste tema, e é de suma importância. Florestan Fernandes atribui à “elite nativa” certa “autonomia” interna quando afirma que entre permanecer colônia estagnada e a Independência, preferem esta. Existiram alguns fatores que os levaram a isso: somente uma parte da renda da lavoura ficava na Colônia; o sistema colonial organizava-se para drenar riquezas para fora. Florestan nos diz que a parte da renda que ficava na colônia destinada aos senhores de engenho não passava de uma remuneração. Portanto, o sistema colonial gerava uma acomodação interna não permitindo outros dinamismos econômicos. Segundo o autor, o seu único polo dinâmico que poderia gerar autonomia, justamente neutralizava essa autonomia, pois era organizado para servir ao capital comercial.

Mas, ao mesmo tempo em que o autor nos mostra os elementos que levam a elite a “optar” pela independência, faz uma importante referência a como esse “elemento humano” que é capaz de mudar a situação da colônia social, política e economicamente, também preserva a estrutura colonial. Eis aí a contradição, o “agente humano” que tem possibilidade de consolidar o capitalismo, é o mesmo que preserva as características do estatuto colonial (FERNANDES, 2006, p. 42).

[...] Em outras palavras, aceitava uma especialização no nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial. O que nos interessa, aqui, é o que significam, subjetiva e funcionalmente, tais acomodações econômicas. Passava a fazer parte da mentalidade econômica do agente a ausência de ambições que pudessem conduzir seus comportamentos ativos em novas direções, inclusive na de romper os bloqueios que pesavam sobre a grande lavoura por causa da existência do sistema colonial (FERNANDES, 2006, p.43).

O fato é que, com a Independência e a tentativa de formação de um Estado Nacional, internaliza-se parte da renda que ia para o exterior, isso faz com que surjam novos dinamismos internos. Os senhores de engenho em busca da formação do Estado Nacional passam a sair do mundo em que viviam nas fazendas e a frequentar outros ambientes. Portanto,

Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações

sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado (FERNANDES, 2006, p.45).

Outro ponto de extrema importância que é a Independência não muda as condições do escravo. A elite continua, e agora com maior afinco, a defender seus interesses escravocratas, pois, estes passaram a contar com as “vantagens da espoliação” escravista. A escravidão passa a ser à base do crescimento do capital mercantil dentro do país. Ainda que parte dos lucros produzidos pelo tráfico fosse para fora, uma boa parte ficava no Brasil. O aparecimento deste “mercado moderno” contribui para o surgimento de novos papéis econômicos para o senhor que passa a ter uma vida urbana. O significado da escravidão para a acumulação primitiva na Europa passou a aparecer no Brasil com o surgimento do capitalismo comercial interno (FERNANDES, 1976). Existiam fatores externos, que com o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais há a emergência de que se rompa com a escravidão, ao mesmo tempo, há querências internas que impedem com que isso aconteça.

Externamente, Fernando Novais (1989) nos fala que a motivação para a abolição do tráfico negreiro será a necessidade por mercados consumidores de produtos manufaturados da Inglaterra pós Revolução Industrial. A escravidão que renasce para a acumulação no mercantilismo, deve ser abolida para se gerar trabalhadores livres e assim, tornarem-se consumidores. Esse será o fator que vai impulsionar a extinção do tráfico internacional de escravos e a abolição da escravatura, que no Brasil ocorre tardiamente, pois, como já mencionado, o escravo promove a acumulação na colônia (NOVAIS, 1989, p. 111).

O mecanismo fundamental portanto mantém-se. O universo das relações mercantis é função dos senhores e, digamos, agregados. A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição do mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando, porém essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das rela-

ções mercantis. Então o sistema se compromete, e entra em crise (NOVAIS, 1989, p. 112).

Internamente, segundo Florestan Fernandes (1976), esse vai ser um dos motivos que levam à abolição da escravidão. A emergência para a modernidade faz com que se queira romper com essa anomalia. Essa vai ser a opção no Brasil: “ou ela ou o capitalismo”. A escravidão permitiu o aparecimento do comércio e de uma nova dinâmica econômica. A independência permitiu que houvesse a acumulação que antes era fora do país passasse a ser pelo menos uma parte internamente.

O grau de internalização institucionalizada de complexas funções comerciais e financeiras é suficiente para garantir um aproveitamento mais amplo e, mesmo, revolucionário do capital mercantil acumulado através da produção escravista. O que faz com que ele ajude a financiar, juntamente com o capital mercantil captado no Exterior, um vasto processo de criação de infra-estrutura econômica, de crescimento da grande lavoura, de modernização urbana, de diferenciação econômica no sentido da industrialização e, até, de imigração, expansão da pequena propriedade ou do trabalho livre etc. Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheria antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de por a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa (FERNANDES, 1976, p.30).

Diferentemente de outros autores, Florestan Fernandes (2006) admite a existência de “agentes humanos” capazes de engendrar o capitalismo a partir da Independência e dos lucros obtidos com o tráfico de escravos. Isso é o que há de contraditório, algo com características “arcaicas” como a escravidão, sem a menor dúvida, desumanas e ao custo do sofrimento alheio, permite o aparecimento de dinamismos “modernos” no país.

É relevante destacar o modo que os senhores, agora modificados os seus papéis, levam às mudanças no país pensando estritamente em manter sua posição e aumentar seus lucros, não importando a forma. Em nenhum momento houve a defesa dos direitos dos cidadãos. Mesmo com a Independência essa “burguesia” era revolucionária quando rompe com o “antigo sistema” e torna-

se politicamente autônoma, mas mantém a mesma estrutura, onde a grande massa da população está à margem das transformações ocorridas no país.

A absorção do liberalismo deu-se de forma específica no Brasil, pois serviu para reafirmar as características “heteronômicas”. De forma alguma representou autonomia do país com relação aos países europeus. Este traço colonial permaneceu intacto, com a ressalva de que parte do lucro agora era absorvida internamente pela “burguesia nascente”. As funções que o liberalismo desempenhou foram contribuir para a formação da nação e orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional mantendo traços “heteronômicos” (FERNANDES, 2006, p. 55). Ou seja, extingue o “estatuto colonial” mantendo os traços de dependência econômica e da desigualdade interna. A produção interna continuará baseada no setor agrícola. Mas o autor ressalta o lado “positivo” do liberalismo, considera como a força que impulsionou a revolução nacional brasileira:

De um lado, malgrado a contenção de sua amplitude revolucionária (calibrada por “interesses senhoriais” e nos limites da supressão do “esbulho colonial” em termos desses interesses), ele concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. Primeiro, propiciando-lhes categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do “esbulho colonial” e à oposição ao “sistema colonial”. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as intelectualmente tanto para os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social (FERNANDES, 2006, p.55).

O que é relevante para este trabalho, nesse ponto, é que a mudança social, cultural, política e econômica dos senhores estabelecem, e aqui a nossa posição é concordante com o autor, mudanças no país, mesmo que não estruturais e socialmente importantes para os trabalhadores. Admite-se que a “burguesia” interna teve um papel importante na modernização do país. Fica evidente, como já apontado pelo autor, que “o espírito burguês” não lhes permite pensar em mudanças significativas para o conjunto da nação. Todavia, a inserção do liberalismo em uma estrutura heteronômica, faz com que o “espírito” da elite veja-o como privilégio voltado à atender as necessidades de poucos.

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas, bem como o poder de

decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, condicionavam uma tal concentração do poder político no nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa. De fato, não só o grosso da população ficou excluído da sociedade civil (FERNANDES, 2006, p.59).

Significa que o liberalismo permitiu que o “moderno” fosse possível, mas permanecendo, concomitantemente, o “atraso”. A elite vai fazer com que os seus interesses particulares tornem-se os da nação. Essa era a democracia estabelecida na colônia. Os privilégios eram de uma pequena minoria.

Algo crucial é entender que a elite nativa se dividia entre a parte que preservava as velhas estruturas coloniais e outra parte que queria “elementos modernos”; esse último ditará a dinâmica econômica no país tendo como base o “setor atrasado”; vai ser o surgimento da indústria tendo como base o setor agroexportador. Essa particularidade da coexistência entre “velho” e “moderno”, impulsionando-se recíproca e contraditoriamente, é que dará a dinâmica econômica do país.

[...] O desenvolvimento prévio da sociedade, sob o regime colonial, não criara, por si mesmo, uma nação. Mas dera origem a estamentos em condições econômicas, sociais e políticas de identificar o seu destino histórico com esse processo. Desse modo, a constituição de um Estado nacional independente representava o primeiro passo para concretizar semelhante destino. Por meio dele, os interesses comuns daqueles estamentos podiam converter-se em interesses gerais e logravam condições políticas para se imporem como tais. Ao se concretizarem politicamente, porém, os referidos interesses tinham de se polarizar em torno da entidade histórica emergente, a nação. Somente ela poderia dar suporte material, social e moral à existência e à continuidade de um Estado independente. Assim, ao enlaçar-se à fundação de um Estado independente e à constituição de uma sociedade nacional, a dominação patrimonialista passou a preencher funções que colidiam com as estruturas sociais herdadas da Colônia, com base nas quais ela deveria resguardar e fortalecer. Sua duração, em condições de equilíbrio relativo e de indiscutível eficácia (pelo menos dentro dos limites dos desígnios políticos dos estamentos senhoriais), sugere que ao longo da evolução do Império ela não chegou a ser posta em causa realmente e que não surgiram forças sociais novas, empenhadas em rearticular, politicamente, transformação da ordem social global e integração nacional (FERNANDES, 2006, p.76).

O que separa a “era senhorial” da “era burguesa”³⁸⁷ será um momento de transição, que no Brasil ocorrerá com quatro séculos de atraso. O autor afirma que essa transição não será uma crise; será antes uma passagem de um momento a outro, não havendo, portanto, comparação com a transição ocorrida nos países onde a revolução se deu na forma clássica. As condições que antes eram de total privilégio da minoria em detrimento da grande massa da população continuarão as mesmas na passagem para a “era burguesa”. Nesse sentido, Florestan Fernandes nos afirma:

Há burguesias e burguesias. [...] Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para “a transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. [...] Sob o capitalismo dependente a Revolução Burguesa é difícil – mas é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa. E é inteiramente ingênuo supor-se que ela seja inviável em si e por si mesmo, sem que outras forças sociais destruam ou as bases de poder, que a tornam possível, ou as estruturas de poder, que dela resultam (e que adquirem crescente estabilidade com a consolidação da dominação burguesa) (FERNANDES, 2006, p.251-252).

Em benefício próprio a elite brasileira, em detrimento da construção da nação, serviu de alavanca para a acumulação de capital nos países centrais e no fortalecimento dessas nações. Com isso, reafirmou-se o papel brasileiro de apêndice das nações do centro, e a organização da economia brasileira se dará, ao longo dos séculos, para suprir as necessidades desses países. Essa é a opção que a burguesia brasileira fará e que se reafirmará ao longo da história brasileira. Assim, “Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se, pois, para *acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia*” (NOVAIS, 1985, p. 51).

E quando da transição para a chamada “era burguesa” ou para a modernidade a organização econômica, social e política e o seu sentido não serão diferentes. E, é claro, nesse processo de beneficiamento de uma minoria a grande massa da população é sempre onerada. As condições de luta da classe trabalhadora ficam desse modo, solapadas por nossa formação específica.

³⁸⁷ Florestan Fernandes utiliza esses termos para denominar a passagem do Brasil da colônia para a modernidade. Segundo o autor, a recomposição das estruturas de poder que vão marcar essa passagem no Brasil. (FERNANDES, 2006, p.239)

A grande preocupação da burguesia brasileira não era a revolução social, democrática e econômica do país, era antes manter-se no poder a qualquer custo, e isso vai ser possível mantendo os traços “heteronômicos” originados na colônia. As mudanças ocorridas, a revolução propriamente dita, e específica, dar-se-á devido às circunstâncias históricas emanadas de fora e que, ao reafirmar a burguesia brasileira como elite dominante internamente será permitida por esta. A especificidade brasileira é a consolidação da “era burguesa” mantendo a base da chamada “modernidade” no “setor atrasado”.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. [...] No mais, ela florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis. (FERNANDES, 2006, p.240-241).

Assim, utilizando o Estado como instrumento, a elite brasileira precisa resolver o problema que se instaura com a abolição da escravidão: mais uma vez o problema da mão de obra. Segundo Celso Furtado, não havia possibilidade de transformarem o negro em assalariado. A questão colocada pelo autor é de que os ex-escravos preferiam o ócio ao trabalho devido à forma exploratória e desumana de trabalho a que foram submetidos no período da escravidão. Isso faz com que mesmo por uma boa remuneração eles não aceitem voltar ao trabalho, preferem a “liberdade” (FURTADO, 1987, p. 140). Assim,

[...] O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desapeado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu

rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação do seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência ao ócio. (FURTADO, 1987, p.140).

O fato é que a existência desses trabalhadores ex-escravos e a vinda dos imigrantes europeus³⁸⁸ para o território brasileiro possibilitam, segundo Celso Furtado, um rebaixamento dos salários no momento de expansão da economia cafeeira, proporcionando à classe dos produtores de café elevados lucros (FURTADO, 1987, p.153). Concomitantemente a isso, Florestan Fernandes, afirma que com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil há uma concorrência deste com os ex-escravos. Esse, segundo o autor, vai ser um dos motivos da fragmentação e da desorganização da classe trabalhadora, os ex-escravos permanecerão sempre à margem.

Daí pode-se observar como mais uma vez os ex-escravos, após a abolição, constituem uma forma de acumulação para a elite cafeeira brasileira, nesse caso como exército de reserva para a lavoura contribuindo para o rebaixamento dos salários e aumento da lucratividade dos donos das lavouras de café. “Portanto, teve importância fundamental, no desenvolvimento do novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a existência da massa de mão de obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores” (FURTADO, 1987, p.153).

É de extrema importância ressaltar esse ponto para esclarecer como os nexos originados da colônia permanecem mesmo após a Independência e todos os outros processos que vieram após. Esses fatores mostrados reafirmam a concentração de renda, algo que permanecerá até os dias atuais. Além disso, um enorme exército de reserva formado em sua maioria por ex-escravos, impulsiona os salários dos trabalhadores para baixo. Esses fatores diminuem o poder de barganha dos trabalhadores no Brasil; impedindo-os de lutar por melhores condições mesmo “dentro da ordem”.

³⁸⁸ Com o fim de escravidão, era necessário resolver o problema da mão de obra, que como Furtado nos mostra, não é exatamente um problema de escassez, é antes um problema de excesso. O fato é que os ex-escravos africanos não queriam trabalhar na lavoura em um regime parecido com o da escravidão que já haviam passado. Por isso, a elite cafeeira e o governo precisavam resolver este problema. Assim, “a ideia do senador Vergueiro era uma simples adaptação do sistema pelo qual se organizara a emigração inglesa para os EUA na época colonial: o imigrante vendia o seu trabalho futuro. [...] No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento que era o preço da passagem da família. [...] Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (FURTADO, 1987, p.126).

Outro elemento nos ajuda a compreender as condições da classe trabalhadora no período pós-escravidão e de assalariamento. Segundo Celso Furtado, nos períodos de prosperidade os salários dos trabalhadores permaneciam estáveis enquanto, que os lucros da elite cafeeira (produto que estava no auge de exportações no período) aumentavam, isto é, aumentos de produtividade não eram repassados aos salários, ou o eram infimamente. Reflexo da especificidade das classes sociais no país e da dinâmica da luta de classes.

Reforçando tal tendência, nos períodos de crise não havia um fator que equilibrasse tal desnível, transferindo parte da renda para a classe trabalhadora. Pelo contrário os prejuízos da crise eram transferidos para a grande massa de trabalhadores em prol da renda dos exportadores. Assim,

[...] os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e mão de obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da renda territorial tendia a aumentar. Na etapa de declínio cíclico, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que na alta cíclica os frutos desse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresarial, na depressão os prejuízos da baixa de preços tenderiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador. Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia corrigia o desequilíbrio externo – o reajustamento da taxa cambial – possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora. Destarte, o processo de concentração de riqueza, que caracterizava a prosperidade, não encontrava um movimento compensatório na etapa de contração de renda. (FURTADO, 1987, p.166).

Para tanto, podemos observar quais são as prioridades dos “setores dominantes internos” quando da passagem do Brasil colônia para o que Florestan denominou de “ordem social competitiva” ou modernidade. “Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (FERNANDES, 2006, p. 242). A economia brasileira continuará voltada à atenção de necessidades alheias. Basicamente, a dinâmica econômica será dada pelo setor agroexportador de produtos primários e a grande massa da população fica excluída de todos esses processos, condicionada por sua formação

específica. O tipo de revolução burguesa consolidado no Brasil através da “opção” da burguesia brasileira e, segundo circunstâncias dadas, foi manter como base da modernidade e do desenvolvimento capitalista no Brasil o setor arcaico, nexos originados na colônia. Esse setor arcaico será o responsável por manter relações patriarcais e estamentais mesmo após a passagem para a “era burguesa” formando classes sociais subordinadas aos interesses externos e, do ponto de vista da classe trabalhadora, a burguesia brasileira consegue que esta não se organize enquanto classe em si e para si para lutar por direitos mínimos mesmo dentro da “ordem”, não tendo direitos tão pouco à democracia burguesa. A classe trabalhadora no Brasil é fragmentada, conformada e desorganizada. A tarefa fundamental é pensarmos como reverter às amarras que nos prendem ao passado e pensar na superação desses entraves e como transformar a classe trabalhadora em agente político consciente do seu papel modificador da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Nacional, 1987.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOVAIS, Fernando. *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial*. In: MOTA, Guilherme C. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985. p.47-63.

_____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777- 1808)*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História Econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.